



CARTA DA REDE DE GESTORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

POR UM MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E A PRESENÇA DE MULHERES NA GESTÃO DESSA POLÍTICA PÚBLICA

A REDE DE GESTORES

A Rede de Gestores é uma articulação de gestoras e gestores de políticas de economia solidária de Prefeituras e Governos Estaduais, que existe para proporcionar intercâmbio, interação, sistematização e proposição de políticas públicas governamentais e realização de projetos comuns para o fomento e desenvolvimento da economia solidária no Brasil. Com papel importante desde 2003, a Rede assumiu nos últimos anos o protagonismo na articulação das políticas subnacionais desenvolvidas no Brasil, fortalecendo a agenda da Economia Solidária no campo da política pública em esferas municipais e estaduais.

Com a missão de ampliar cada vez mais o debate e a proposição de ferramentas adequadas dentro do Estado brasileiro para o fomento ao desenvolvimento da Economia Solidária, bem como estimular e fortalecer a organização e participação social deste segmento nas decisões sobre as políticas públicas, estamos entregando esse documento ao novo governo do Presidente Lula no qual propomos a redefinição do nome do Ministério do Trabalho para passar a ser **MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA ECONOMIA SOLIDÁRIA**.

POR UM MINISTÉRIO DO TRABALHO COM A CENTRALIDADE DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A vitória de Lula exigiu a construção de ampla frente política a qual cabe, a partir de 1º de janeiro de 2023, conduzir o Brasil nos desafios da reconstrução da democracia política, econômica e social. Nesta correlação de forças também é fundamental redefinir os movimentos estratégicos na direção de um novo marco civilizacional. Entre tais movimentos estratégicos está a construção de novos padrões de produção e consumo em pelo menos duas grandes direções complementares: a) uma economia orientada para a solução dos problemas sociais, incluindo a precarização do trabalho, economia de impacto social ou economia social e ambientalmente sustentável e b)

uma economia fundada na solidariedade e no trabalho coletivo – a economia solidária. Em ambos os casos a organização do trabalho assume o lugar privilegiado de definição dos objetos e objetivos da produção e das suas formas de gestão. Cabe ao novo Ministério do Trabalho encampar estes desafios ampliando e renovando sua força estratégica, enquanto instrumento das ações do novo governo para o mundo do trabalho, apresentando desde o seu próprio nome a política pública da Economia Solidária como aporte estratégico para fazer face aos novos tempos de transformações intensas no trabalho e na produção, com o advento de novas tecnologias e leis, em face das seguintes considerações que a seguir apresentamos:

1. No Brasil, historicamente, o emprego regular assalariado no setor privado corresponde apenas 1/3 (um terço) da população ocupada, cerca de 33 milhões de pessoas. Nos outros 2/3 (dois terços), 11 milhões são assalariados sem carteira, quase 13 milhões estão desocupados e 22 milhões de pessoas compõem a economia dos setores populares (Kraychete, 2021). Esta economia popular abrange o trabalho realizado de forma individual ou familiar e as diferentes modalidades de trabalho associativo. Estas formas de trabalho são orientadas por uma racionalidade econômica ancorada na geração de recursos (monetários ou não) destinados a prover e repor os meios de vida e na utilização de recursos humanos próprios, agregando, portanto, unidades de trabalho e não de inversão de capital;

2. As políticas de inserção social focadas apenas na geração de emprego são insuficientes, conforme demonstrado desde o final do século XIX, quando a população negra, com o fim do trabalho escravo e com a República Velha, não foi incluída no trabalho assalariado, da mesma forma que não foram incluídas no emprego formal ou informal no ciclo industrial de 1930-1980. Não há razão para se acreditar que será diferente nos tempos atuais. Tempo que reproduz a marginalização permanente de um contingente que se reproduz para além da norma salarial e cuja situação de pobreza e miséria foi agravada gerando uma enorme demanda emergencial de distribuição de renda e alimentos;

3. Ao longo desse processo histórico, milhares de trabalhadoras e trabalhadores constroem alternativas de trabalho associado, familiar ou comunitário para obtenção de renda em iniciativas econômicas solidárias, no campo e na cidade, contando com apoio de movimentos sociais, organizações da sociedade civil, instituições de ensino tecnológico e superior e de governos estaduais e municipais

que implantaram políticas públicas de economia solidária, além do Governo Federal nos mandatos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma. Neste contexto ocorreram avanços na viabilização de atividades individuais e familiares nas áreas urbanas e rurais, sobretudo da produção artesanal, da agricultura familiar e do extrativismo, como estratégia de desenvolvimento local e territorial sustentável, ainda mais potencializada na mobilização, organização e estruturação de redes populares de pequenos negócios e serviços dos setores populares urbanos. Em resposta a crise socioambiental, mobilizam-se esforços inovadores na produção agroecológica, no extrativismo sustentável, na coleta e reciclagem de resíduos sólidos, na geração de energia eólica e solar descentralizadas em estabelecimentos de agricultura familiar;

4. O fortalecimento e a integração de empreendimentos econômicos populares em cadeias produtivas estão possibilitando acesso a inovações tecnológicas com forte impacto social e territorial. A integração de programas de transferência de renda com moedas sociais em bancos locais de desenvolvimento, a expansão do cooperativismo de crédito solidário, a expansão das redes de cooperação de produção, comercialização e consumo solidário, são exemplos de fortalecimento de economias comunitárias ambientalmente sustentáveis, inclusive entre os povos originários. De modo especial a dinamização das potencialidades de desenvolvimento dos territórios acontece com forte atuação de mulheres num processo de inclusão produtiva profundamente emancipador. Esse conjunto permite antever um extraordinário e virtuoso circuito de uma economia popular e solidária que requer políticas públicas vigorosas na retomada do desenvolvimento nacional;

5. A economia popular e solidária traz, para o processo histórico de retomada de democratização do país e de construção do bem viver do povo brasileiro, a possibilidade e a necessidade de intensificar as competências e capacidades produtivas do país, orientando-as para a valorização do trabalho e para a inovação sociotécnica solidária amplificando a força da solidariedade entre os que vivem do trabalho e enraizando, nas redes de cooperação, o desenvolvimento local e territorial.

Em face do que foi argumentado, propomos que seja reestruturada uma **Política Nacional de Economia Popular e Solidária no âmbito do Ministério do Trabalho com capacidade de articulação intergovernamental e de coordenação efetiva de planos, programas e iniciativas próprias**. Os elementos dessa política fundamentam-se em:

1. Formular, propor, acompanhar, coordenar e **implementar políticas de fomento às iniciativas econômicas populares e solidárias, inclusivas e ambientalmente sustentáveis**, para o desenvolvimento de redes de cooperação, com inovação social e tecnológica, em cadeias produtivas, redes de serviços dos setores populares urbanos; com a redução de desigualdades sociais e regionais;
2. Criar o **Sistema Nacional de Economia Popular Solidária** que englobe programas e políticas federais, estaduais e municipais de modo a contribuir e facilitar o acesso a mercados e ao crédito. Essas iniciativas vão estimular a inovação sociotécnica solidária, além de constituir espaços de interlocução e de parcerias com movimentos sociais e organizações da sociedade civil, priorizando os fóruns e redes de economia solidária no Brasil, buscando também dialogar com a iniciativa privada, para formular e implementar ações que resultem em modos de produção e consumo mais sustentáveis, de forma que a economia popular e solidária participe do esforço global de enfrentamento às crises social e climática;
3. Viabilizar políticas de tal magnitude, direcionadas a milhões de brasileiros e brasileiras, **conforma-se em eixos estratégicos que incluem instrumentos de acesso** ao crédito e expansão de formas financeiras próprias (moedas sociais, bancos de desenvolvimento comunitário, cooperativas de crédito e fundos solidários); a promoção de circuitos virtuosos de produção com investimento para infraestrutura, comercialização e consumo solidários articulados em redes locais e nacionais ambientalmente sustentáveis; o desenvolvimento e difusão de socio tecnologias solidárias interconectadas aos saberes tradicionais; a disponibilização de assistência técnica continuada em autogestão de empreendimentos e redes e desenvolvimento local e territorial ambientalmente sustentáveis, compreendendo

também o fortalecimento de processos de recuperação de empresas por trabalhadores em regime de autogestão.

4. Construir processos que formulem e institucionalizem um marco regulatório que corresponda as necessidades dos trabalhadores (as) autogestionários (as), firme trabalho associado como um direito cidadão, e instrumentalize a Economia Solidária como uma política pública de Estado que promova a emancipação dos trabalhadores (as), cooperação, solidariedade, autogestão e a sustentabilidade da vida;

5. Promover o processo de reindustrialização e o desenvolvimento de novas tecnologias Sociais Solidárias. Mais que servir ao mercado, é necessário que as tecnologias consigam impulsionar as iniciativas autogestionárias e dar respostas aos dilemas sociais e ambientais causados pelo modelo capitalista no Brasil;

6. Construir uma política de fomento a municipalização da Política Pública de Economia Solidária. A Rede de Gestores tem protagonizado o debate em todo território brasileiro, cujo objetivo é promover e dar capilaridade às ações de fomento e fortalecimento dos empreendimentos coletivos solidários, redes de cooperação e iniciativas comunitárias, contribuindo para geração da autonomia econômica de trabalhadores (as) autogestionários (as), e com o desenvolvimento local sustentável.

O PROTAGONISMO DAS MULHERES NA RECONSTRUÇÃO DE UM BRASIL DEMOCRÁTICO

Reforçamos como prioridade o protagonismo das mulheres à frente da gestão das políticas públicas nacionais e transversais de Economia Solidária, reconhecendo o papel histórico das mulheres brasileiras nas gestões públicas municipais e estaduais, na Rede de Gestores, bem como nos movimentos sociais e nos empreendimentos econômicos solidários que são a base da economia popular solidária no nosso país.

Para reconstruir a democracia no Brasil precisamos que mulheres ocupem espaços



de gestão, de tomadas de decisão e execução das políticas públicas. Reconhecemos que no movimento, na ciranda da Economia Solidária, não faltam mulheres militantes qualificadas e comprometidas com a construção e fortalecimento da Política Pública Nacional, bem como com o projeto de sociedade em que a Economia seja a sustentabilidade da vida.

Secretaria Nacional de Economia Solidária



Assinam em nome da Coordenação Nacional da Rede a sua Coordenação Executiva:

- ALFREDO JAIRO DOS SANTOS – Secretário Executivo da Rede de Gestores Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Governo do Estado da Bahia;
- CAMILA CAPACLE – Coordenadora de Economia Solidária e Criativa da Prefeitura de Araraquara –São Paulo;
- HENRIQUE SCHUSTER – Diretor de Economia Solidária do município de São Leopoldo – RS;
- JORDÂNIA PESSOA – Secretária Adjunta do Trabalho e da Economia Solidária do do Governo do Maranhão;
- LIDIANE FREIRE – Subcoordenadora de Economia Solidária da Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social do Rio Grande do Norte.



- MARIA DA PENHA LAGE CAMARGO - Coordenadora do Serviço de Incentivo às Organizações Produtivas - SIOP da Prefeitura do Município de Joinville – SC;

- MARIANA GIROTTO – Departamento de Políticas de Trabalho e Economia Solidária da Prefeitura Municipal de Diadema – SP

-MILTON BARBOSA – Superintendente de Economia Solidária do Governo da Bahia.